



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 7/2016

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZASSEIS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS:-----

-----Aos dezasseis dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Eng.º José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira,-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca, Dr. Acácio Fonseca Fernandes e Dr.ª Márcia Maria dos Santos Lopes.-----

-----A presente reunião foi, conforme despacho nº. 3/2013, de 25 outubro, secretariada pelo Chefe de Divisão de Administração Geral e Finanças, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 2 de março corrente, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

-----Conforme dispõe o nº. 3 do artigo 34º. do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Vereadores Dr.ª Emília Maria Almeida Santos Neves de Matos e Eng.º. Serafim Paulo Melo de Oliveira eleitos pelo PPD/PSD, e o Dr. João Pedro de Almeida e Sousa Rodrigues da Fonseca uma vez que não estiveram presentes na reunião.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores.-----

-----O Senhor Presidente informou a Câmara do ponto da situação do Centro de Saúde de Mortágua e o seu funcionamento. Mais informou que na próxima terça-feira terá lugar uma reunião com a ARS Coimbra para tratar estas questões.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 51, referente ao dia 15 de março corrente que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

4.1.- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-----

-----Foi presente o correio eletrónico datado de 24 de fevereiro findo, da Associação Nacional de Municípios Portugueses através do qual envia o seu parecer relativo à Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2016 (PLOE/2016).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.2.-INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência DCS/2016/211, de 2016/02/25 da Infraestruturas de Portugal a informar que a consignação da Empreitada “EN 234 Pontes do Criz I e Criz II, EN 234 – 6 Ponte de S. João das Areias. Intervenção de Reforço Estrutural em Pilares e Fundações” encontra-se prevista para o dia 1 de março de 2016.-----

-----A empreitada em apreço foi adjudicada à Extraco, Construccions e Proxectos, S.A. – Sucursal, pelo valor de 6.992.031,33 € e um prazo de execução de 600 dias de calendário, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

contar da data da consignação. Estas intervenções visão repor um nível de segurança estrutural conforme requerido na regulamentação em vigor e dotar estas obras de arte de condições de durabilidade adequadas.-----

-----Como medida preventiva durante a intervenção, a velocidade de circulação sobre o tabuleiro das pontes será limitada, no máximo, a 30 km/h. Na ponte sobre o Rio Criz II será implementada a interdição a tráfego rodoviário de veículos pesados de mercadorias. Pretende-se desta forma evitar fortes vibrações na estrutura, que prejudiquem a execução dos trabalhos e a segurança na obra.-----

-----Na Ponte sobre o Rio Criz II, durante os trabalhos de levantamento do tabuleiro, deverá ser implementado o corte de tráfego, por curtos períodos de tempo (máximo de 15 min). Após o levantamento e substituição dos aparelhos de apoio, será necessário proceder a trabalhos de acertos na rasante, pelo que deverão ser implementados basculamentos ou condicionamentos de trânsito a uma via.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.3.-VÁRIOS - COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CRL:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 25/16, de 15/02/2016 da VÁRIOS - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL, através do qual dá conhecimento dos novos membros da Direção daquela Entidade.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.-JUVENTUDE:-----

5.1.1.-Apoio Natalidade e Famílias – Ratificação de processos:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura números 8 e 9/2016 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do número 1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

5.1.2.-Projeto da Escola, Agarra a Vida - Universidade Júnior:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação das Técnicas do Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida” através da qual dá conhecimento que a Universidade do Porto vai promover, novamente, o Programa “Universidade Júnior” no próximo mês de julho.-----

-----Para os alunos do 8º. ano de escolaridade o Programa integra várias oficinas de verão onde terão a oportunidade de desenvolver um projeto nas áreas do seu interesse.-----

-----Os alunos do 9º., 10º. e 11º. terão a oportunidade de participar no “Verão em Projeto”, que contempla atividades em quase todas as faculdades do Porto.-----

-----O Programa Universidade Júnior tem um custo semanal por aluno de cento e oitenta euros (180,00 €), sendo setenta e cinco euros (75,00 €) de taxa de inscrição nas atividades e cento e cinco euros (105,00 €) de alojamento e refeições.-----

-----Assim e considerando que o Programa vem ao encontro de alguns dos objetivos do Projeto Municipal “Da Escola, Agarra a Vida”, e que integra o seu plano de ação do ano em curso, colocam à consideração a autorização para a operacionalização da ação (divulgação e inscrição) junto dos alunos, selecionando 80, à semelhança do ano passado, e definindo como critério de participação:-----

-----Alunos do 8º. e 9º. Anos:-----

-----1º.-Estar a frequentar o Programa de Orientação Escolar e Profissional do Projeto “Da Escola Agarra a Vida”, com uma assiduidade igual ou superior a oitenta por cento (80%) das sessões.-----

-----2º.- Ordem de Inscrição.-----

-----Alunos do 10º. e 11º. Ano:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----1º.-Não ter frequentado a Universidade Júnior através do apoio da Câmara Municipal, duas ou mais vezes.-----

-----. 2º.- Ordem de Inscrição.-----

-----Para os alunos que não preencham os critérios de participação colocam à consideração o pagamento dos transportes destes pelo Município, ficando o custo semanal (inscrição, alojamento e refeições) ao encargo dos agregados familiares.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar realização e a operacionalização da ação nos termos propostos bem como as respetivas despesas, devendo os serviços dar início ao processo.-----

6.-CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ASSOCIATIVISMO – ATIVIDADES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1.-Mortágua Futebol Clube – Contas do exercício de 2015:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício, datado de 7 de março corrente, do Mortágua Futebol Clube através do qual remete Relatório e Contas do exercício de 2015 bem como o parecer do Conselho Fiscal aprovadas em Assembleia Geral de 26/02/2016.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

6.1.2.-Velo Clube do Centro – 9ª. Maratona BTT de Mortágua:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta datada de 25/11/2015 do Velo Clube do Centro dando conhecimento que vai organizar no próximo dia 20 de março a 9ª. Maratona de BTT de Mortágua, que tem por objetivo promover a prática do BTT e divulgar as potencialidades do Concelho para o mesmo.-----

-----Este evento tem atingido uma média de setecentos (700) participantes nas últimas edições sendo considerada um dos maiores eventos desportivos realizados no Concelho de Mortágua e uma das maiores maratonas BTT a nível nacional.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, e considerando as avultadas despesas que acarretam estas ações solicita o apoio financeiro e logístico da autarquia para fazer face às mesmas, nomeadamente cedência da utilização do Pavilhão Polidesportivo e balneários das Piscinas.-----

-----O pedido foi apresentado nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, encontrando-se devidamente instruído e cumprindo os requisitos nele exigidos.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2016/50 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” dotado com financiamento definido de oito mil e oitocentos euros (8.880,00 €) no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, (despesas correntes) com um saldo de setenta e um mil oitocentos e setenta e oito euros e dois cêntimos (71.878,02 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, prestar o apoio logístico necessário e atribuir um subsídio de seis mil euros (6.000,00 €), a transferir mediante a celebração de Protocolo conforme dispõe o artigo 4º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras.-----

6.1.3.-Casa do Benfica de Mortágua – Seção de Andebol:-----

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente reunião.-----

7.-ACÇÃO SOCIAL:-----

7.1.-MUNICÍPIO PRESENTE – Processo número 1/2016:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 1/2016 de candidatura apresentada no âmbito do Regulamento “Município Presente”, pela Senhora Maria Adelaide Luz Sousa Marques, residente no Bairro de Habitação Social, Lote 7 Fração B-R/C-Dtº., Mortágua, requerendo nos termos da alínea b) e d) do nº. 1 do artigo 2º. do referido Regulamento Apoio Económico para habitação própria.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A candidatura foi, nos termos do artigo 9º. do Regulamento, analisada pelo técnico do serviço social do município que elaborou o respetivo Relatório Social constante no processo.-

-----O Relatório Social conclui que se trata de agregado familiar em situação de vulnerabilidade social e privação de recursos e que se justifica o pedido de apoio para pagamento da renda da habitação e de despesas domésticas, nomeadamente faturação de água, eletricidade e gás, propondo que seja disponibilizado um apoio de carácter pontual pagável ao próprio no montante de setecentos e noventa e nove euros e dezasseis cêntimos (799,16 €) ao abrigo do Regulamento Município Presente.-----

-----Assim, nos termos do artigo 10º. do Regulamento Município Presente o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere conceder o apoio no montante de setecentos e noventa e nove euros e dezasseis cêntimos (799,16 €) à Senhora Maria Adelaide Luz Sousa Marques, a contratualizar e a pagar ao beneficiário conforme o previsto no artigo 11º. do citado Regulamento.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa, que se encontra inscrita na Opções do Plano do corrente ano no objetivo 03 AÇÃO SOCIAL, Programa 001, Transferência para IPSS, Projeto 2016 /5037 – Município Presente com um saldo dez mil euros (10.000,00 €) e no orçamento na rubrica 06020305 com um saldo de cento e cinquenta e sete mil quinhentos e cinquenta e sete mil quinhentos e oitenta e dois euros e setenta e quatro cêntimos (157.582,74 €).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

8.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

8.1.-EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-----

8.1.1.-Aprovação dos Projetos das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

8.1.1.-Abertura de Concurso Público para Execução das Infraestruturas do Plano de Pormenor para a Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-----

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente reunião.-----

9.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

9.1.-APROVAÇÃO DO PROJETO PARA A REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o projeto de execução acima referido acompanhado da informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, datada de 5 de março corrente, sobre o assunto em epígrafe e através da qual informa que: -----

-----“ O projeto de execução da “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”, agora apresentado reúne condições para ser aprovado.-----

-----Com efeito o projeto de execução, traduz as premissas constantes no caderno de encargos para a elaboração do projeto, bem como as conclusões das reuniões técnicas subsequentes à adjudicação do projeto.-----

-----Assim, entendo que o projeto de execução reúne condições para ser aprovado.-----

-----A estimativa orçamental para a execução dos trabalhos previstos no projeto de execução: trezentos e quarenta e sete mil novecentos e doze euros e cinquenta cêntimos (347.912,50 €.)”

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar o projeto de “Requalificação e Valorização da Ribeira da Fraga – Criação de Percorso Pedestre entre o Barril e Parque Verde”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.-ADMINISTRAÇÃO:-

10.1.-PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE MÉRITO MUNICIPAL A EMPRESAS RECONHECIDAS COM O PRÉMIO PME EXCELÊNCIA/LIDER 2015:-

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Regulamento em vigor para Atribuição de Medalhas Municipais prevê, no seu artigo 6º. que se distinga com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal pessoas individuais ou coletivas, de cujos atos resulte aumento do prestígio do Município de Mortágua, melhoria das condições de vida da população ou contribuições relevantes nos campos da ciência, do ensino, da sua cultura, da arte do desporto ou da solidariedade social. Considerando que a Medalha de Mérito Municipal é de Ouro ou de Prata ou de Cobre, conforme o valor atribuído aos atos praticados.-----

-----Considerando que é da competência da Assembleia Municipal aprovar, por deliberação maioritária de todos os seus membros em efetividade de funções, mediante, proposta da Câmara da atribuição da Medalha de Mérito Municipal.-----

-----Considerando que a medalha deverá ser entregue em cerimónia pública e solene e sendo o Feriado Municipal o dia mais apropriado para uma cerimónia desta natureza.-----

-----Proponho que seja atribuída a medalha de mérito municipal á empresa implantada no Concelho reconhecida com o Prémio PM LIDER 2015: Elisa Nobre Almeida, Unipessoal, Lda, e que tem contribuindo para o desenvolvimento económico do Município, reconhecendo-se deste modo o seu mérito e esforço num período de grande crise económica que o País atravessa.”-----

-----A Câmara deliberou, por escrutínio secreto, aprovar por unanimidade a proposta e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de abril.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.2.-PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS DE BONS SERVIÇOS A FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que o Regulamento em vigor para Atribuição de Medalhas Municipais prevê, no seu artigo 10º. que os trabalhadores municipais que tendo servido o Município durante um período superior a 20 anos, e que se tenham distinguido no desempenho das suas tarefas, assiduidade, zelo e dedicação ou por outros motivos que dignificam a função, sejam agraciados com a Medalha de Bons Serviços.-----

-----Considerando que a Medalha de Bons Serviços é de Ouro ou de Prata ou de Cobre, conforme o valor atribuído aos atos praticados.-----

-----Considerando que é da competência da Câmara Municipal, por proposta do seu Presidente a atribuição da Medalha de Bons Serviços.-----

-----Considerando que foi instituída a atribuição daquela Medalha e que existem alguns funcionários do quadro da Autarquia que reúnem condições para serem agraciados, e que se deve continuar esta iniciativa no Feriado Municipal.-----

-----Proponho que sejam agraciados com a Medalha de Ouro de Bons Serviços, os trabalhadores:-----

----- Fernando Manuel Ferreira Marques (assistente operacional/Fiel de Armazém);-----

-----Clara Oliveira Carvalho Ferreira Amaral (assistente operacional/Fiel de Mercados e Feiras – afeta ao Centro Educativo);-----

----- Ana Cristina Lopes Gonçalves (Técnica Superior);-----

-----A Câmara deliberou, por escrutínio secreto e separadamente, deliberou por unanimidade a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.3.-PROCESSO Nº. 339/10.7 BEVIS – AÇÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE PRETENSÃO CONEXA COM ATOS ADMINISTRATIVOS- AUTOR: STAL/RÉ MUNICÍPIO DE MORTÁGUA – Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo referente ao Recurso de Revista :-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação, datada de 14 de março corrente, do assessor jurídico do Município, que a seguir se transcreve, sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“**Informação:** Por deliberação da Câmara Municipal de 7 de Abril de 2010, foi aplicada a pena de demissão ao funcionário José Gonçalves.-----

-----Na sequência da notificação dessa deliberação, STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, em representação do trabalhador, veio instaurar ação especial de impugnação de ato administrativo, na qual era pedido o seguinte:-----

-----1.-Ser a deliberação impugnada, anulada ou declarada nula;-----

-----2.-Ser o Município de Mortágua condenado ao seu serviço o funcionário José Gonçalves, restabelecendo o contrato de trabalho por tempo indeterminado feito cessar pela aplicação da pena de demissão, integrando-se no seu mapa de pessoal;-----

-----3.-Ser o Município de Mortágua condenado a pagar ao funcionário José Gonçalves as remunerações que auferiria se se encontrasse em exercício efetivo de funções desde 14-04-2010, data da notificação ao funcionário da decisão tomada na deliberação e consequente produção de efeitos do ato impugnado até à sua reintegração, acrescida de juros legais;-----

-----.-Ser o Município de Mortágua condenado a efetuar todos os descontos legalmente previstos em nome e benefício do funcionário, designadamente para efeitos de aposentação, reportados ao período acima referido, tal como se ele se encontrasse em exercício efetivo de funções desde 14-04-2014.-----

-----Tal ação especial foi julgada por acórdão do TAF de Viseu, tendo a deliberação impugnada sido anulada com devidas e legais consequências.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Foi interposto recurso para o Tribunal Central Administrativo Norte, que manteve a decisão da primeira instância.-----

-----Desse acórdão do Tribunal de 2ª. instância foi interposto recurso de Revista para o Supremo Tribunal Administrativo, que foi admitido em apreciação preliminar nos termos do artigo 150º. nº.1 do CPTA “por estar em causa uma questão de importância fundamental a merecer a intervenção do STA, com vista a uma melhor aplicação do direito (...) para sabermos até que ponto um conjunto de faltas tão elevado como o que está em causa neste processo, exige a referência na acusação e deliberação punitiva à referida inviabilidade da manutenção da relação funcional se deva admitir a presente revista. A questão de se saber em que termos tem projecção sobre casos futuros, pois configura a questão de saber em que termos um elevado conjunto de faltas injustificadas pode, só por si permitir a aplicação da pena de demissão prevista no artº. 18º., 1, al. g) do Estatuto Disciplinar.”-----

-----Foi emitido parecer pelo Ministério Público, nos termos do artº. 146º. nº.2 do CPTA, tendo concluído que deveria ser julgada procedente a revista e em consequência ser válida e eficaz a deliberação da Câmara Municipal que aplicou a pena de demissão, uma vez que “este comportamento de completo desinteresse, é por si só, suscetível de inviabilizar a relação laboral, pois constitui uma quebra de confiança no trabalhadorPor isso não é exigível a sua invocação na nota de culpa, uma vez que é normal que se conclua, que tal comportamento torna impossível a manutenção do vínculo laboral por ser suscetível de constituir uma rotura de confiança entre o trabalhador e a entidade patronal, não necessitando de ser invocado nos termos do artigo 412º. do CPC. Deste modo sou de parecer que deve julgar-se procedente a revista e em consequência revogar-se o Acórdão recorrido”.-----

-----Foi, finalmente, proferido acórdão que julgou improcedente o Recurso de Revista apresentado. Porém um dos três julgadores votou vencido uma vez que “ as circunstancias do presente caso, com faltas injustificadas entre 31-08 e 29-09-2009 com total ausência de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

justificação de faltas desde essa data até 28-12-2009 (data da acusação disciplinar), com total ausência de contacto do trabalhador, apesar de diversas vezes tentado pelo Município com completo silencio do trabalhador sobre quaisquer razões respeitantes à sua não comparência ao serviço, incluindo o absoluto silencio no decurso do processo disciplinar (e incluindo que nem sequer na presente ação intentou revelar alguma razão atendível) são de situação extrema que permitiria concluir da inviabilidade da manutenção da relação funcional. Nas circunstâncias do caso, não era exigível qualquer outra explicitação por parte da entidade punitiva”.-----

----Apesar do parecer favorável do M^o.P^o., no sentido de ser julgado procedente o recurso interposto pelo Município de Mortágua e um dos julgadores entender que a deliberação da Câmara Municipal era válida por não ser exigível qualquer outra explicitação por parte da entidade punitiva, a decisão final do processo foi no sentido da anulação da deliberação da Câmara Municipal que aplicou a pena de demissão, com as legais consequências tendo, por isso, sido julgado improcedente o Recurso de Revista.-----

----Não se vislumbra qualquer outro recurso ordinário desta decisão do Supremo Tribunal Administrativo, não se enquadrando a situação em causa em qualquer das alíneas do artigo 70^o. da Lei n^o.28/82 que possibilitariam o recurso para o Tribunal Constitucional.”-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

10.4.-EDP – RENDA DE CONCESSÃO 2016:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 5/16/GBRI de 22-02-2016, da EDP – Distribuição Energia, S.A. informando que nos termos do Decreto – Lei n^o. 230/2008, de 27 de novembro, a renda de concessão de Baixa Tensão a pagar a este Município no ano de 2016 é de trezentos e setenta mil cento e trinta euros e noventa e cinco centimos (370.130,95 €), e a processar trimestralmente noventa e dois mil quinhentos e trinta e dois euros e setenta e quatro centimos (92.532,74 €).-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.5.-PROJETO DE REGULAMENTO CARTÃO MORTÁGUA SÉNIOR:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Projeto de Regulamento Cartão Mortágua Sénior acompanhado da seguinte informação administrativa:-----

-----“Dando cumprimento à deliberação tomada na Reunião de Câmara de 03/02/2016, foi o início do procedimento relativo à elaboração do Projeto de Regulamento Cartão Mortágua Sénior publicitado, através do Edital nº. 24/2016, de 3 de fevereiro de 2016, na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, para efeitos da constituição como interessado e a apresentação de contributos, nos termos do previsto no nº.1 do artigo 98º., do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----Tendo terminado o prazo a 18 de fevereiro findo, informa-se que não ocorreu a constituição de interessados e não foram apresentados quaisquer contributos para a elaboração do referido Projeto de Regulamento.-----

-----Estabelece ainda o artigo 101º. do CPA, que, *quando a natureza da matéria o justifique o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública para recolha de sugestões, procedendo para o efeito à sua publicação na 2ª. Série do Diário da República e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão.*-----

-----Nestes termos, para efeitos de aprovação do Projeto de Regulamento Cartão Mortágua Sénior pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. e para efeitos da alínea g) do nº.1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, deve, ao abrigo do artigo 101º. do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro, o Projeto de Alteração do Regulamento ser submetido a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, a contar da data da sua publicação na 2ª. Série do Diário da República, para efeitos de recolha de sugestões e disponibilizado/na



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, pelo mesmo período.”-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que o Projeto de Regulamento Cartão Mortágua Sénior seja nos termos do artigo 101º. do CPA submetido a consulta pública pelo período de trinta (30) dias, devendo proceder-se à sua publicação na 2ª. Série do Diário da República e disponibilizado na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, pelo mesmo período para efeitos de recolha de sugestões, e posteriormente ser remetido para aprovação pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. e para efeitos da alínea g) do nº.1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

10.6.-PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO, CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO:-----

Pelo Senhor Presidente foi presente o Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento acompanhado da seguinte informação administrativa:-----

-----“Dando cumprimento à deliberação tomada na Reunião de Câmara de 03/02/2016, foi o início do procedimento relativo à elaboração do Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento publicitado, através do Edital nº. 25/2016, de 4 de fevereiro de 2016, na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, para efeitos da constituição como interessado e a apresentação de contributos, nos termos do previsto no nº.1 do artigo 98º., do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro.-----

-----Tendo terminado o prazo a 19 de fevereiro findo, informa-se que não ocorreu a constituição de interessados e não foram apresentados quaisquer contributos para a elaboração



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do referido Projeto de Regulamento.-----

-----Estabelece ainda o artigo 101º. do CPA, que, *quando a natureza da matéria o justifique o órgão competente deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública para recolha de sugestões, procedendo para o efeito à sua publicação na 2ª. Série do Diário da República e na Internet, no sítio institucional da entidade em causa, com a visibilidade adequada à sua compreensão.*-----

-----Nestes termos, para efeitos de aprovação do Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. e para efeitos da alínea g) do nº.1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, deve, ao abrigo do artigo 101º. do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro, o Projeto de Alteração do Regulamento ser submetido a consulta pública pelo período de 30 dias úteis, a contar da data da sua publicação na 2ª. Série do Diário da República, para efeitos de recolha de sugestões e disponibilizado na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, pelo mesmo período.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que o Projeto de Regulamento Municipal de Trânsito, Circulação e Estacionamento seja nos termos do artigo 101º. do CPA submetido a consulta pública pelo período de 30 dias, devendo proceder-se à sua publicação na 2ª. Série do Diário da República e disponibilizado na página eletrónica da Câmara Municipal de Mortágua www.cm-mortagua.pt, pelo mesmo período para efeitos de recolha de sugestões, e posteriormente ser remetido para aprovação pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, de acordo com a alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. e para efeitos da alínea g) do nº.1 do artigo 25º. do Anexo I da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro. -----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.7.-INICIO DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO PARA VENDA DE LOTES NA ZONA DE EXPANSÃO DO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“O Código Procedimento Administrativo (CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de sete de janeiro, e que entrou em vigor a 8 de abril de 2015, estabelece relativamente ao procedimento do regulamento administrativo, que se deva dar publicitação do início do procedimento, à constituição como interessados e à apresentação de contributos na elaboração de um Projeto de Regulamento que se queira fazer aprovar pelos órgãos competentes do município, in casu, o Projeto de Regulamento da Venda de Lotes na Zona de Expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----Nesta conformidade, o nº. 1, do artigo 98º. do CPA, consagra que o início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.-----

-----Assim, propõe-se que ao abrigo do disposto no nº. 1, do artigo 98º. do CPA e no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº. 1 do artigo 33º. do Anexo I à Lei nº.75/2013, de doze de setembro, delibere:-----

-----1.-Dar início ao procedimento de elaboração do Projeto de Regulamento Projeto de Regulamento da Venda de Lotes na Zona de Expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira que dispõe como objeto estabelecer as condições da venda dos lotes pertencentes ao património privado do Município de Mortágua, sitos na zona de Expansão do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----2.--Que a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento se processe por meio de requerimento, a dirigir ao Presidente da Câmara, identificando devidamente o requerente e o procedimento.

-----3.--Que se proceda à publicitação no sítio da internet do Município www.cm-mortagua.pt, do início do procedimento nos moldes previstos no artigo 98º. do CPA".-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

10.8.-REFORMULAÇÃO DAS LIGAÇÕES À INTERNET – COMPROMISSO PLURIANUAL:-----

-----Este assunto foi retirado da Ordem de Trabalho da presente reunião.-----

10.9.-CONTRATO DE ARRENDAMENTO DAS LOJAS 5,6 E 7 DO MERCADO MUNICIPAL – ALTERAÇÃO DE TITULARES:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 76/TR/SGD, em 7 de março corrente, do Senhor Rui André da Costa Rocha, portador do Cartão de Cidadão nº. 12484607, contribuinte 242001700, residente na Rua João Lopes de Moraes, nº.1, Mortágua, atual titular do contrato de direito de ocupação das lojas números 5, 6 e 7 do Mercado Municipal, com a atividade cafetaria e snack bar, a requerer , em consequência da constituição da sociedade com Mauro Filipe de Almeida Abreu, portador do Cartão de Cidadão nº. 13461771, contribuinte 242381804, residente em Rua da Corte nº.7, Lourinha de Cima, Mortágua com a denominação de PATENTATITUDE, LDª. o averbamento do contrato existente em nome daquela empresa.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade deferir a pretensão, condicionando a mesma à prévia liquidação da taxa de ocupação em dívida.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

10.10.-ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA – PEDIDO DE APOIO PARA A 23ª. EDIÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA:-----

-----Este ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos da presente reunião.-----

11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:-----

11.1.-PEDIDO DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO REQ.º. 789/2014 DE AMPLIAÇÃO DA IGREJA DO SOBRAL , (alínea d), nº.1, artº.29º. RMUET):-----

-----Foi presente o requerimento da Fábrica da Igreja do Sobral, registado sob o número 789/2014, a requerer a isenção de pagamento da taxa no valor de cento e sessenta euros e oitenta e seis cêntimos (160,86 €) referente ao processo número 01/2014/258 de licenciamento da ampliação da Igreja da Freguesia do Sobral.-----

-----Conforme o previsto na alínea d), do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas a “ Entidades religiosas, culturais, desportivas, sociais, recreativas ou outras que, na área do Município, prossigam fins de interesse público.”-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém, de acordo com a Lei nº.73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções passou para a Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no nº. 2, do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----Assim, a Câmara deliberou por unanimidade solicitar à Assembleia Municipal a concessão da isenção de pagamento da taxa no valor de cento e sessenta euros e oitenta e seis cêntimos (160,86 €) à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Sobral referente ao processo 01/2014/258 de licenciamento da ampliação da Igreja da Freguesia do Sobral.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.2.-PROCº. Nº. 04/2016/12, DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O PRÉDIO URBANO COM O ARTIGO MATRICIAL 670 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA FOI ATRAVESSADO PELA RUA DO CASAL, NA GÂNDARA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 04/2016/12, requerimento nº.04/2016/109, de Ester Maria Rosa, residente na Rua das Enguias, Gândara, 3450- 413 Mortágua, a requerer na qualidade de proprietária a emissão de certidão comprovativa em como o prédio urbano inscrito na artigo matricial nº. 670, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, foi atravessado pela Rua do Casal, sita na Gândara, e consequentemente foi retirada ao mesmo a área de trinta e seis vírgula noventa (36,90) metros quadrados.-----

-----A Câmara, considerando as informações dos serviços constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitada.-----

11.3.-PROCESSO NÚMERO 04/2016/13, DE EMISSÃO DE CERTIDÃO COMPROVATIVA EM COMO O PRÉDIO RÚSTICO COM O ARTIGO MATRICIAL 15225 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA PASSOU A TER CONFRONTAÇÃO A NORTE A RUA DO CASAL, A GÂNDARA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 04/2016/13, requerimento número 04/2016/110, de Ester Maria Rosa, residente na Rua das Enguias, Gândara, 3450- 413 Mortágua, a requerer na qualidade de proprietária a emissão de certidão comprovativa em como o prédio rústico inscrito na artigo matricial nº.15225, da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, em como o mesmo passou a confrontar a Norte com a Rua do Casal, sita na Gândara.-----

-----A Câmara, considerando as informações dos serviços constantes no processo, deliberou por unanimidade emitir a certidão solicitadas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.4.-PROCESSOS DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE E AMPLIAÇÃO DE COMPARTES:-----

11.4.1.-Processos. Números 10. 2016.11 e 10. 2016.12, de Maria Soledade Lourenço:-----

-----Pelo Senhor Presidente foram presentes os processos:-----

-----a) nº.10. 2016.11 em nome de Maria Soledade Lourenço, residente na Rua Principal, nº.4, Vale da Vide, Espinho, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de João dos Santos Pereira, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça com o artigo 2361 no local denominado “Picoto”, com a área de 0,112000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: Licinia Lourenço Pereira Bento, metade; Maria Arlete Lourenço Pereira Afonso, metade.-----

-----b) nº.10. 2016.12 em nome de Maria Soledade Lourenço, residente em na Rua Principal, nº.4, Vale da Vide, Espinho, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de João dos Santos Pereira, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Espinho com o artigo 1768, no local denominado “Rabaçal”, com a área de 0,156000 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: Licinia Lourenço Pereira Bento, metade; Maria Arlete Lourenço Pereira Afonso, metade.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e considerando a informação dos serviços deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

11.4.1.- Processo número 10. 2016.13, de Esaltina Martins Pires:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 10. 2016.13 em nome de Esaltina



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Martins Pires residente na Rua Estrada Nacional, s/n, Salgueiral, 3450-265 Luso, a requerer na qualidade de Cabeça de Casal da herança de Manuela Bernardes Pires, proprietário do prédio rústico inscrito na matriz da Freguesia de Trezoi com o artigo 65 no local denominado “Ninho de Águia”, com a área de 0,9600 ha, a emissão do parecer nos termos do número 1, do artigo 54º., da Lei número 64/2003, de vinte e três de agosto, para constituição de compropriedade ou ampliação do número de compartes do mesmo para efeitos de registo de escritura de partilha a favor de: Manuel Martins Pires, um terço; Dulcinia Martins Pires Mortágua, um terço; Esaltina Martins Pires, um terço.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto e considerando a informação dos serviços deliberou por unanimidade emitir parecer favorável à pretensão.-----

11.5.-PROCESSOS DE EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

11.5.1.-Processo número 08/2015/04, sito na Rua Principal EN 234, Moura:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 08/2015/04 de edificação em mau estado de conservação sito na Rua Principal EN 234, na Moura, Freguesia de Trezoi, de propriedade de Herdeiros de Ricardino Flores, acompanhado do parecer do assessor jurídico, de 18/01/2016, que abaixo se transcreve, e que foi exarado no seguimento do recebimento, a 11/05/2015, da carta da herdeira Adelaide de Oliveira Batista a solicitar apoio na resolução da situação considerando que são no total de oito (8) herdeiros:-----

-----“Dispõe o artº. 2097º. do Código Civil que “os bens da herança indivisa respondem coletivamente pela satisfação dos respetivos encargos”.-----

-----Dos elementos disponíveis parece resultar que a herança aberta por óbito de Ricardino Flores ainda se encontra indivisa, sendo que, por esse motivo, nenhum dos herdeiros terá recebido qualquer bem.-----

-----No caso de herança indivisa e, por conseguinte, antes da partilha, estamos perante uma universalidade composta por um património autónomo, em que os herdeiros não detêm



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

direitos próprios sobre cada um dos bens hereditários e nem sequer são comproprietários desses bens, mas apenas titulares em comunhão de tal património.-----

-----Nessa situação, os bens da herança indivisa respondem coletivamente pela satisfação dos respetivos encargos, em conformidade com o disposto no artº. 2091 do Código Civil.-----

-----A herança é um património autónomo e sendo vários os herdeiros é também um património coletivo, que responde pelas obrigações do falecido e também pelos encargos de administração do património hereditário (artigo 2068º. do Código Civil).-----

-----Até à integral liquidação e partilha, vale a regra, estabelecida no artº. 2074º. do Código Civil, de não confusão dos poderes e vinculações próprios do herdeiro com os próprios da herança, respondendo “os bens da herança indivisa coletivamente pela satisfação dos respetivos encargos“, vd. Artº.2097º. do Código Civil, ou seja, a herança, porque consiste num verdadeiro património autónomo, responde toda ela sem discriminação de bens pelo cumprimento dos respetivos encargos.-----

-----Por seu turno, o artº. 2098º. do Código Civil estabelece que “ efetuada a partilha, cada herdeiro só responde pelos encargos em proporção da quota que lhe tenha cabida em herança”, sem prejuízo de os herdeiros poderem deliberar que o pagamento seja feito à custa de dinheiro ou bens separados para o efeito, ou que fique a cargo de algum deles.-----

-----Perante o disposto nas citadas normas, impõe-se distinguir a situação de herança indivisa deferida a vários herdeiros e de herança partilhada. -----

-----No caso de herança indivisa e, por conseguinte, antes da partilha, conforme já se referiu, estamos perante uma universalidade composta por património autónomo, em que os herdeiros não detêm direitos próprios sobre cada um dos bens hereditários e nem sequer são comproprietários desses bens, mas apenas titulares em comunhão de tal património.-----

-----Nessa situação, os bens da herança indivisa respondem coletivamente pela satisfação dos respetivos encargos, em conformidade com o disposto no artº. 2091º. do Código Civil.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Após a partilha da herança, não existe qualquer solidariedade entre os herdeiros para o cumprimento dos encargos, passando cada um deles a responder – individual e diretamente como titular do conjunto de bens que integram a quota hereditária que lhe coube na partilha – pelo pagamento dos encargos, mas apenas na proporção da quota que lhe coube na herança, tendo por limite o valor do quinhão recebido (artº. 2071º. do Código Civil).-----

-----Deste modo, antes da partilha, os herdeiros não têm qualquer responsabilidade individual e direta pelos encargos resultantes da herança indivisa, sendo que, após a partilha, cada um dos herdeiros é responsável diretamente pelos encargos na proporção da sua quota hereditária e até ao limite do que recebeu.”-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Munícipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Secretário do Órgão

e pelo Senhor Presidente.-----